

MAPEAMENTO E RECONHECIMENTO MUNICIPAL COMO SUPORTE À GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO EM ARROIO DO PADRE, RS

LAÍS BARTH SCHNORREBERGER¹; JARDEL ARNOLD SIVERIS²;
ALEXANDRE FELIPE BRUCH³; ANGÉLICA CIROLINI⁴

¹ Universidade Federal de Pelotas – laisbarth@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – jardel.siveris@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – afbruch@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – acirolini@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O conhecimento do território, bem como de seus recursos ou problemas, é uma etapa fundamental para o crescimento e gestão de um município. Através dessas informações é possível visualizar as diversas realidades existentes em uma área, suas reais potencialidades e os problemas que precisam ser gerenciados (DOMINGUES, 2005).

No Brasil, segundo CUNHA; ERBA (2010), a ausência de mapeamentos confiáveis é bastante significativa. Em cidades em que não existe esse recurso há uma dificuldade maior da parte administrativa e governamental em ter um planejamento e exercer um gerenciamento adequado quanto às necessidades reais do município.

O geoprocessamento atua, nesse sentido, como uma ferramenta na aquisição, tratamento e ilustração de dados territoriais. De acordo com PEREIRA; SILVA (2001), a adoção de tecnologias do geoprocessamento permite extrair diversas informações geográficas na forma de visualizações cartográficas possibilitadas por diversas técnicas.

O advento do geoprocessamento, um instrumento altamente inovador e tecnológico, proporcionou à entidades governamentais uma forma mais simples de visualizar e interpretar seu território. Trata-se de uma série de técnicas que permitem realizar análises espaciais com uma agilidade e precisão que, até antes do seu surgimento no século XX, eram desconhecidas (CARVALHO, LEITE 2009).

A maioria das áreas de atuação de um município encontra nas geotecnologias um instrumento que auxilia no levantamento de dados, diagnóstico de problemas, tomada de decisão, planejamento e execução de ações (CORDOVEZ, 2002). Dessa forma, verifica-se que o geoprocessamento ultrapassa a função de levantar dados e representa-los, e assume um papel de auxílio na gestão municipal.

Em grande parte, municípios recém emancipados não possuem uma base de dados sólida com informações a respeito de seu território. Tendo isso em vista, o presente estudo almeja apresentar uma visão geral de como o geoprocessamento pode subsidiar atividades de planejamento e gestão no município de Arroio do Padre – RS.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho primeiramente foi realizado um estudo sobre a utilização do geoprocessamento como uma ferramenta de auxílio ao planejamento urbano, com a finalidade de suporte técnico à gestão municipal. A área de estudo reporta-se ao município de Arroio do Padre que está situado

como um enclave na porção Nordeste do município de Pelotas, na região sul do estado do Rio Grande do Sul (figura 1). Possui uma área de 124 km² com uma população de 2.730 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

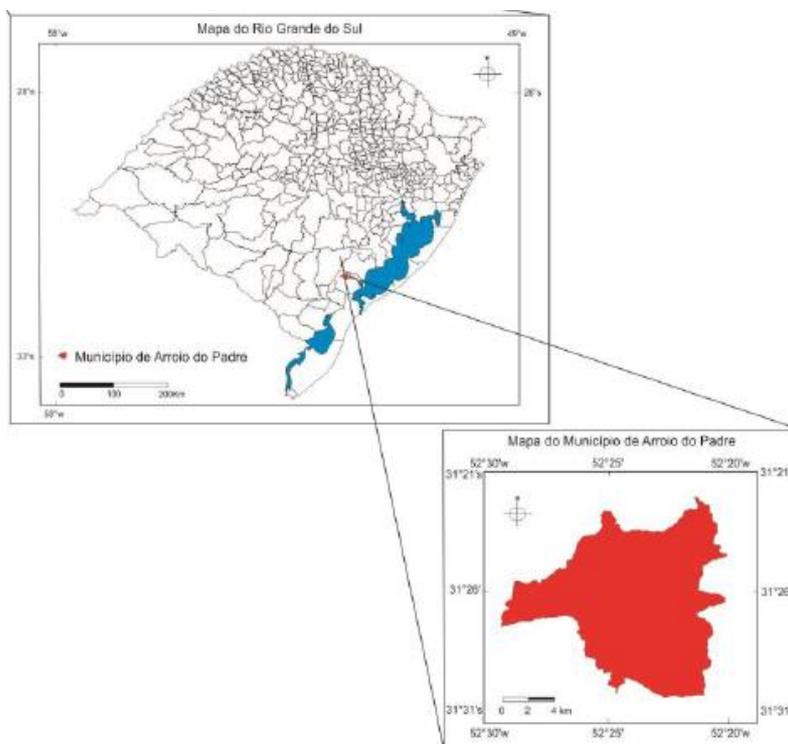


Figura 1: Localização do município de Arroio do Padre.

Em seguida, foram realizados trabalhos de campo para verificar as características das edificações na sede urbana do município (figura 2). Estes dados foram tabulados e a partir do ortomosaico de fotografias provenientes de levantamentos com veículo aéreo não tripulado (VANT), foram elaborados mapas temáticos das edificações da área urbana sede do município de Arroio do Padre no *software* livre Quantum Gis (QGis).

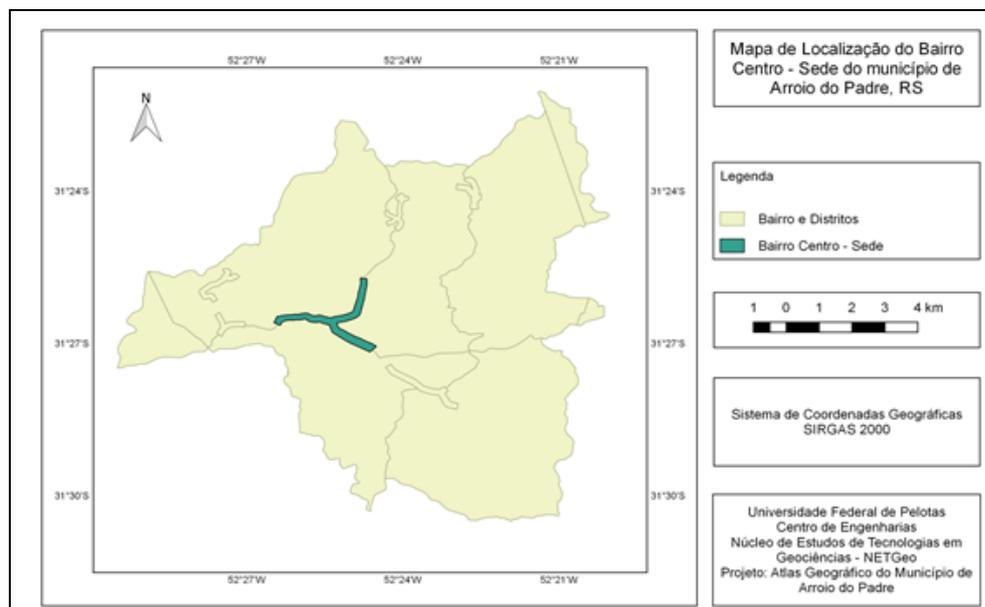


Figura 2 – Mapa da área urbana sede do município de Arroio do Padre.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento municipal subsidia a tomada de decisão pela administração municipal, pois os gestores tem acesso e manipulam bancos de dados geográficos com informações mais aprofundadas e em escala de detalhe da área de interesse.

Na área urbana, sede do município de Arroio do Padre, também denominada como centro, foram mapeadas aproximadamente 132 edificações (figura 3), sendo elas distribuídas em prédios administrativos, instituições de ensino, residências, comércios, unidades de saúde e ligados à religiosidade.

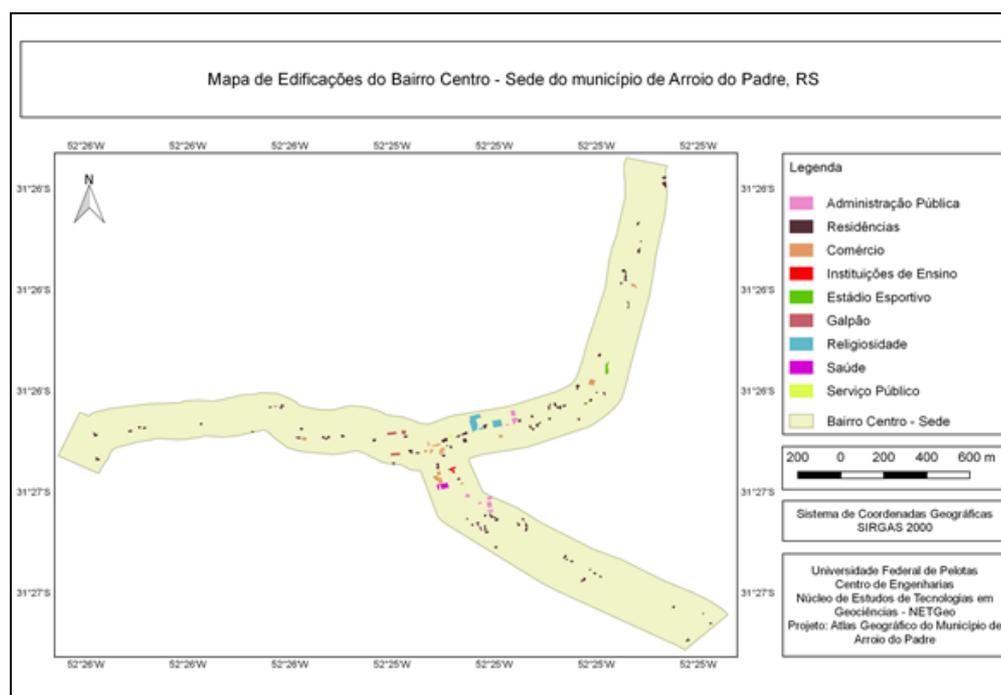


Figura 3 – Mapa das edificações da área urbana sede do município de Arroio do Padre.

Verificou-se que dentre estas edificações 96 são destinadas à moradia, 14 aos estabelecimentos comerciais, 8 à administração pública e os demais (14) estão relacionados aos serviços diversos, sejam eles vinculados à saúde, segurança, educação ou religiosidade.

4. CONCLUSÕES

É possível verificar que o mapeamento de um município é de grande importância para que a gestão municipal possa conhecer e visualizar melhor seu território. Nesse sentido, o presente estudo buscou demonstrar a distribuição das edificações da área urbana do município de Arroio do Padre, para que sirva, posteriormente, de apoio aos seus gestores.

A partir de mapas cartográficos é possível visualizar a disposição das áreas de atuação do município bem como as regiões com maior quantidade de residências. Verificou-se então, de acordo com o levantamento realizado, que há uma predominância de serviços e moradias na região central da área urbana.

Cabe ressaltar que este trabalho está em fase inicial de levantamento de dados de campo e cartografia básica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, G.A; LEITE, D.V.B. Geoprocessamento na Gestão Urbana Municipal – a experiência de municípios mineiros Sabará e Nova Lima. In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Natal, 2009. Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. São José dos Campos: INPE, 2009. p. 3643-3650.

CORDOVEZ, J.C.G. Geoprocessamento como Ferramenta de Gestão Urbana. I **Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto**. Sergipe, v.1. 2002.

CUNHA, E. M. P.; ERBA, D. A. **Manual de apoio – CTM: diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário nos municípios brasileiros**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

DOMINGUES, C.V. **Aplicação do Geoprocessamento no Processo de Modernização da Gestão Municipal**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Curso de Pós-graduação da Faculdade Estadual de Campinas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 10 set 2019.

PEREIRA, G.C.; SILVA, B.C.N. Geoprocessamento e Urbanismo. In: GERARDI, L.H.O; MENDES, I.A. **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades: temas de Geografia contemporânea**. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teórica – AGETEO, 2001. Cap. 1, p. 97-137.